

CONDICIONAMENTOS ECONÔMICOS DA REALIDADE BRASILEIRA

JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES

A realidade econômica brasileira pode ser encarada de três pontos-de-vista. Do ponto-de-vista global, verifica-se que o produto nacional vem crescendo satisfatoriamente, numa taxa anual pouco inferior a 6 %, que a taxa de capitalização é alta, cerca de 14 %, que a inflação monetária é muito elevada, de 30 a 40 % nos últimos anos. Regionalmente, verifica-se um grande desequilíbrio entre as várias regiões do país. E socialmente parece que se assiste a um esmagamento econômico das classes médias. Como política para atender a essa situação, deve-se, ao mesmo tempo que se procura manter as taxas atuais e consideráveis de investimento, buscar uma estabilização monetária paulatina, baseando os investimentos em recursos fiscais e na poupança voluntária, buscando uma distribuição dos recursos obtidos de maneira regionalmente mais equitativa, de modo a constituir um tipo de economia multipolar.

O TEMA em estudo, da maior atualidade, vai ser por nós subdividido em duas grandes partes. Na primeira, apresentar-se-á uma análise dos aspectos estáticos e dinâmicos da realidade brasileira. Na segunda, veremos qual seja então a política econômica a ser seguida, descendo mesmo a aspectos de pormenor, o que é aconselhável, pois após um período de planejamento chegamos a uma fase em que êste se apresenta confusamente.

I — Realidade econômica

Entrando na primeira parte, ou seja, na consideração da Realidade Econômica Brasileira, vamos examiná-la de três pontos-de-vista básicos, a saber: o *global*, o *regional* e o *social*.

A. O *ponto-de-vista global* pode ser subdividido em dois aspectos: o real e o monetário. Sob o *ângulo real* o desenvolvimento econômico vem se processando satisfatoriamente. Sendo expresso em termos de *Produto Nacional Bruto*, nota-se um crescimento pouco inferior a 6% ao ano, o que é uma taxa bastante elevada. Certas pessoas consideram o fato com pessimismo, atendendo aos dados correspondentes aos países do Mercado Comum Europeu, que apresentam taxas mais elevadas. Sendo, porém, um caso diferente, podemos afirmar ser o nosso um crescimento substancial.

No que se refere à taxa de capitalização do Brasil, é esta elevada, representando 14% do produto nacional bruto em investimentos fixos.

Passando agora a apreciar aspectos *sectoriais*, nota-se na indústria, entre 1944 e 1960, um crescimento de 166%, enquanto no mesmo período a agricultura apenas registrava um aumento de 54%. No setor industrial começamos a produzir bens de produção. Entre 1953 e 1961, o crescimento da produção de bens de consumo foi de 96% e a de bens de produção, 166%. Distinguindo-se nestes os equipamentos e as matérias-primas, foram os primeiros que alcançaram maior nível.

Sob o *ângulo monetário* consideraremos em primeiro lugar a inflação. Até 1956-57, esta significava aproximadamente um aumento de 20% ao ano no custo-de-vida. Em 1958-59, esse aumento passou a ser de 39,1%; em 59-60, de 29,3% e em 1960-61, atingiu cerca de 33% (não se conhecem ainda os resultados finais). A impressão que estes dados fornecem é má e aparentemente a inflação tende a se agravar.

Em segundo lugar, vamos considerar o *balanço de pagamentos*.

Apesar do aumento do dólar de câmbio livre, podemos dizer que a situação não é absolutamente má. Se bem que

nas exportações dos últimos dez anos haja uma estagnação prática, mantendo-nos entre 1,2 e 1,5 milhões de dólares, a situação, por êste fato também, não é má. Tínhamos em 1961 compromissos seríssimos e para os anos seguintes apresentavam-se as mesmas perspectivas. No entanto, com o espírito da Aliança para o Progresso e da Operação Pan-Americana, aliviou-se a situação. Dos 425 milhões de dólares a pagar conseguimos uma redução para 285 milhões. Obtivemos também uma entrada substancial de investimentos estrangeiros líquidos e nota-se que está havendo mais oferta de dólares do que procura neste setor.

B. Sob o *ponto-de-vista regional*, a economia brasileira é difícil de configurar. Falta unidade econômica. Podemos estabelecer 5 grandes regiões no país com base no critério econômico: Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste, Centro-Sul e Extremo-Sul.

As duas primeiras, a Amazônia e o Nordeste, apresentam níveis de renda *per capita* bem inferiores à média brasileira.

A região Centro-Oeste apresenta uma renda *per capita* inferior à média e ao mesmo tempo uma elevada taxa de crescimento.

No conjunto observam-se situações díspares e revela-se uma tendência ao agravamento dessa disparidade, pois as duas primeiras regiões registram crescimento inferior à média. A terceira está em fase de eliminação do seu atraso e o extremo sul tem dificuldades em manter uma taxa de crescimento satisfatória.

C. Sob o *ponto-de-vista social* e diante do processo inflacionário, temos a impressão de que as classes inferiores estão perdendo. Em termos reais e analisando o salário mínimo vemos que isso não acontece. Prejuízo certo e incontestável estão tendo as classes médias. Poucos dados existem a êsse respeito. No entanto, podemos tomar por exemplo os relativos ao poder aquisitivo do salário do funcionalismo federal:

	1936	1960
Letra A	100	184
Letra O	100	40

Nota-se, portanto, um aumento do poder aquisitivo do salário na *Letra A* da ordem de 84% e na *Letra O* uma diminuição de 60%, o que significa um esmagamento da classe média.

A contemplação destes dados fundamentais leva-nos a recordar o esquema do economista ROSTOW, que define os vários estágios de desenvolvimento econômico de um país. Denomina *estágio de partida* a uma primeira fase inicial de grandes dificuldades; e *estágio de marcha para maturidade* a uma segunda. A realidade brasileira mostra têmos entrado na segunda fase, com uma taxa de investimentos elevada e portanto com um produto nacional bruto em rápida expansão. Podemos, outrossim, aumentar os investimentos sem sacrifícios excessivos: por outro lado, dada a evolução da indústria com tendência a produzir bens de produção, supera-se o problema das divisas. Não está havendo portanto uma pressão excessiva no balanço de pagamentos. O Brasil é um país em plena expansão que venceu seus principais obstáculos.

II — Política econômica

Quanto à *Política econômica* imposta por essa economia em evolução, três diretivas fundamentais devem marcá-la: um desenvolvimento com estabilidade sob o ponto-de-vista global, um desenvolvimento multipolar, sob o ponto-de-vista regional, e por fim, do ponto-de-vista social, um desenvolvimento com justa distribuição de sacrifícios.

A. Ponto-de-vista global.

a) Sob um ponto-de-vista global e desde um *ângulo real* o desenvolvimento com estabilidade significa uma opção para manter elevada a taxa de crescimento do produto nacional bruto. Três posições se definem a êste respeito.

É a *primeira* a do Professor GUDIN, que acha que estamos investindo demais, pelo que seria necessário moderar o processo.

É a *segunda* a do *Programa do Atual Gabinete Parlamentarista*. Pede para taxa de investimentos no Brasil um aumento de 70%, o que significa julgar esta insuficiente.

Numa *terceira* posição, intermédia, defendemos a manutenção da taxa registrada do último quinquênio. A posição de GUDIN é inaceitável porque prejudica o desenvolvimento. A do Programa do Governo é pouco realista porque significa aceitar ou mesmo aumentar o ritmo atual da inflação. Quanto à nossa proposta, permite manter o ritmo atual de desenvolvimento e colocar a inflação sob contrôle.

O crescimento do produto nacional bruto apresenta condicionantes em seus setores. Na indústria reveste-se de importância o incentivo dos bens de produção e paralelamente a questão do *financiamento*, pois o Brasil não dispõe de organismos que facilitem a colocação dos seus produtos nos mercados estrangeiros. Por êsse fato não se encontra em situação de competir com a França, por exemplo, que facilita ao comprador vendas a prazo. A par disso, o financiamento de bens de produção deve cobrir mesmo as vendas para o mercado interno.

A *Agricultura*, por outro lado, não está tendo o desenvolvimento que seria de esperar. Entramos no Brasil numa fase de capitalização intensiva, o que significa industrialização e saída de homens da agricultura. Êstes, porém, devem ser substituídos por máquinas, fertilizantes, etc. Fica assim patente a necessidade de fornecer técnicas mais avançadas de trabalho ao agricultor, o que implica simultâneamente oferecer-lhe mais *crédito* e soluções ao problema da *extensão rural* (conjunto de medidas destinadas a proporcionar ao agricultor o conhecimento da moderna tecnologia).

A *reforma agrária* apresenta-se com uma finalidade social e outra econômica. Melhorar o nível de vida do trabalhador do campo é um objetivo a perseguir. Efetivamente o trabalhador da cidade está em melhor situação e mais amparado pela legislação social. Isto pode trazer um problema de êxodo, motivado por uma fuga à situação existente e sem meta definida, bem diferente da referida anteriormente ao mencionarmos a saída ocasionada pelas ofertas certas de um mercado de trabalho.

Economicamente, a agricultura não está tendo um desenvolvimento igual ao da indústria e como conseqüência crescem mais os preços dos produtos agrícolas do que os dos

industriais. Em poucas palavras, a produção agrícola não responde bem aos mercados oferecidos pelas cidades.

Para a reforma agrária encontra-se uma barreira na Constituição.

Trata-se da obrigação da prévia e justa indenização em dinheiro para as terras desapropriadas. A fórmula do meu gosto, que, contudo, não ilide essa dificuldade jurídica, é a do pagamento das terras desapropriadas em títulos, reajustáveis com a inflação e com uma pequena taxa de juro. Evitar-se-iam dêste modo convulsões sociais, pois os atuais proprietários viriam a receber pequeno lucro por terras improdutivas e ao mesmo tempo, com a carga inerente às medidas adotadas, se poria um freio à ação governamental.

b) Vejamos agora, sob um *ângulo monetário*, as conseqüências da diretiva de um desenvolvimento equilibrado.

Três posições se definem a respeito:

O Professor GUDIN defende a tese da obtenção imediata da estabilização.

A Escola Estruturalista considera inevitável a inflação em países subdesenvolvidos e pede apenas certa moderação do processo inflacionário.

Numa terceira posição, afirmamos a possibilidade de adotar as medidas necessárias à estabilização monetária, sem reduzir o ritmo de desenvolvimento. Os investimentos hoje empreendidos à custa de emissões seriam feitos por meio de recursos fiscais e de poupança voluntária. Com uma política monetária gradual se debelaria em seguida a inflação em três ou quatro anos.

No tocante ao balanço de pagamentos, o aumento de exportações e a criação de um mercado comum abrem novas possibilidades aos nossos produtos industriais.

B. *Ponto-de-vista regional — desenvolvimento multipolar.*

Erro fundamental no desenvolvimento brasileiro consiste em supor que nosso país é uma unidade econômica e que portanto o processo se pode fazer a partir de um centro dinâmico único. Pelo contrário, o Governo deve considerar as diferentes regiões de modo que em cada uma delas surja um

centro dinâmico próprio. É representativo neste sentido o trabalho da SUDENE.

Examinemos separadamente cada uma das regiões. No *Nordeste*, o problema está bem equacionado pela SUDENE: procura-se desenvolver a produção industrial, tipos de atividade que resistam às secas e a agricultura alimentar. Minha tese, porém, é a de que há um problema não equacionado na amplitude necessária, o do esvaziamento populacional do NE. Apresentando um excedente de população dentro de um país com grandes zonas aráveis, poder-se-ia levá-lo ao Maranhão e a Goiás sobretudo. O papel dos seus líderes seria o de propugnar essa colonização com garantias suficientes e não recusá-la, como tem sido o caso.

O *Centro-Oeste* constitui uma zona central e fronteira das restantes. Com a implantação de Brasília em Goiás, tende esta cidade a ser a capital econômica, o que deveria ser evitado, dadas as características de zona neutra, que possui o D.F. A compreensão do problema é facilitada recordando a situação do antigo D.F. em relação ao Estado do Rio. Sendo um município neutro, arrecadava impostos estaduais e municipais, que foram empregados em melhorar a Guanabara, com a construção de um estádio, de uma avenida perimetral etc., em vez de beneficiarem tôda a área Estado do Rio — Guanabara.

Coisa semelhante poderá acontecer em Brasília, pelo que se deve impedir seja a Capital econômica da região. Espera-se ainda que o *Centro-Oeste* seja zona pioneira do NE e centro de ligação com o Amazonas.

A *Amazônia* coloca a questão mais difícil, sendo o melhor remédio um estudo sistemático, para definir o que se pode fazer.

Em relação ao *Centro-Sul*, não haveria grandes problemas. Desde que a Guanabara deixou de ser capital, deve tornar-se um centro dinâmico, integrar-se com o Estado do Rio para auxiliar as cidades vizinhas, criar fundos de investimento aplicáveis indiferentemente a um e outro Estado e estimular o desenvolvimento industrial. A Guanabara até agora era uma sala de visitas; suas condições permitem-lhe.

porém, a formação de uma área industrial capaz de fazer *pendant* com São Paulo.

Quanto ao *Extremo-Sul*, lanço uma sugestão, a de integrar o Rio Grande dentro da zona de comércio livre.

C. *Ponto-de-vista social: justa distribuição de sacrifícios.*

Concluimos pela necessidade de um desenvolvimento com participação de tôdas as classes no sacrifício.

Devem as classes mais elevadas participar mais intensamente do mesmo. Às classes trabalhadoras trata-se de assegurar a constância do salário mínimo em termos reais e de manter a participação dos salários no produto nacional bruto. As classes médias devem receber melhor situação.

Embora as classes industriais tenham revelado compreensão da sua responsabilidade, chegamos ao momento, porém, de exigir um sacrifício maior. Um problema psicosocial se envolve nesta questão. Pouco a pouco torna-se insuportável verificar que há setores, nas atuais circunstâncias, que aparentemente não estão fazendo sacrifício, dando-se a um consumo conspícuo. Êste deveria ser combatido com medidas adequadas.

Conclusão final

Dada a visão que o economista tem da realidade econômica brasileira, podemos enfocá-la em dois pontos-de-vista fundamentais:

A *longo prazo* a conclusão é otimista. A situação real é boa e tende a melhorar com a Aliança para o Progresso. Lançamos as bases de um desenvolvimento sério. O Brasil tem riquezas naturais abundantes, um mercado imenso e somos capazes de imprimir um rápido desenvolvimento ao país. Além disso é sumamente difícil fazer parar êsse movimento dinâmico já obtido.

A *curto prazo*, teremos de enfrentar em 1962 problemas muito sérios, decorrentes da inflação. Apresenta-se esta com uma potencialidade de 60%, o que é, econômica e socialmente, inaceitável. Êste ano ou o Govêrno correrá o risco

dessa inflação com sérios distúrbios sociais ou modera a taxa de investimentos. Todos esforços devem ser feitos, contudo, para reduzir ao mínimo os cortes nos investimentos.

Creio, no entanto, que a vitalidade da nossa economia permitirá enfrentar esta prova.

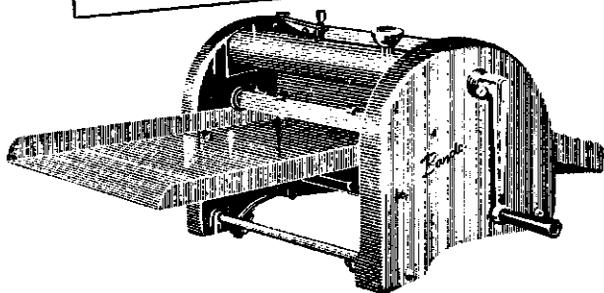
SEM TINTA !
SEM STENCIL !

Banda

SEM GELATINA !

-duplica até 5 cores,
numa operação, pelo
método mais simples,
econômico e rápido.

**Duplicando com
BANDA duplicará
seus negócios**



ORGANIZAÇÃO Ruf S. A. Equipamento para Escritórios

Rio de Janeiro: Rua Debret, 79-A- loja - Tel. 32-6767